



CONSÓRCIO NORDESTE

Comissão de Desenvolvimento Regional - Cofecon

A Presidência do Cofecon manifesta seu apoio à instituição do Consórcio Nordeste, voltado para o desenvolvimento inclusivo de uma Região de grandes potencialidades que, devidamente exploradas, superariam as defasagens econômicas com o Centro-Sul. Não existem deficiências em termos de recursos humanos, haja vista o relevo alcançado por muitos nordestinos, tanto em áreas técnico-científicas quanto artístico-culturais, assim como a criatividade e capacidade de resistência e adaptação de seu povo.

O principal determinante dessas defasagens tem sido a alocação regional das políticas de desenvolvimento ao longo da história. Desde o Governo Vargas, passando por JK e os governos militares, as grandes obras estruturantes, os grandes investimentos incentivados, que formaram polos e cadeias produtivas, com exceção do Polo Industrial de Camaçari, ocorreram fora do Nordeste. Apenas recentemente, já no século XXI, medidas do Governo Federal indutoras de desenvolvimento, começaram a ser realizadas na Região, como a transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Transnordestina, a Refinaria do Nordeste e as compras de embarcações a estaleiros da Região.

Recentemente, o Nordeste aprofundou novamente sua defasagem, como indicam dados do mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C/IBGE). A seca e a contração dos fundos regionais e transferências reforçaram os efeitos da recessão nacional para causar a contração de 4,9% na população ocupada da Região, do segundo trimestre de 2015 ao de 2019, quando no país como um todo se expandiu 1,7%.

Mesmo se iniciando em uma conjuntura de retaliação do Governo Federal, o Consórcio Nordeste foi instituído nos moldes da Lei Federal nº 11.107/2005, como o Consórcio Brasil Central, devendo se manter funcionando para tratar a Região como um espaço de planejamento que tem tudo para se beneficiar mais com políticas integradas. As providências iniciais anunciadas, de compras conjuntas de bens e serviços, para obtenção de condições mais favoráveis, e de atrair investimentos externos, sobretudo nas áreas de infraestrutura, saúde e segurança, que carregam grande potencial de ganhos em projetos interestaduais, são bastante acertadas.

As diretrizes que recomendamos para o desenvolvimento da Região são similares às que apresentamos para o país como um todo, na nota “Diretrizes para uma estratégia de crescimento inclusivo”, aprovada em nossa 691ª Plenária, em 2 e 3 de agosto de 2019. No curto prazo, medidas para reanimar a atividade econômica, sobretudo envolvendo aumentos programados de gastos com infraestrutura. No médio e longo prazos, medidas concentradas em dois polos de desenvolvimento, economia da complexidade e economia das comunidades.



Trazendo para o âmbito da capacidade de ação do Consórcio Nordeste, muitas dificuldades políticas terão que ser vencidas, considerando o ambiente de disputa com o atual governo federal. O canal tradicional é o legislativo, onde o Nordeste tem 151 deputados (29% do total) e 27 senadores (33% do total), mas não consegue contar com muitos dessas bancadas, pois a fidelidade maior tem sido com os partidos. Assim, as adesões terão que ser obtidas através dos partidos e do convencimento pessoal da importância das pautas do Consórcio. Especificando medidas sugeridas, além das providências iniciais anunciadas:

- Ampliar e melhorar as condições de crédito, que dependerá do êxito de gestões junto ao Governo Federal, que não deve ser fácil. Dos recursos liberados pela Caixa Econômica Federal, este ano, para estados e municípios, apenas 2,2% foram para o Nordeste, enquanto em 2018 essa parcela foi 21,6%. Nesse campo, merece destaque a defesa da manutenção e ampliação das atividades do Banco do Nordeste (BNB).
- Dinamizar projetos estruturantes, como os portos de Suape e Pecem, concluir a Ferrovia Transnordestina e complementá-la com ramificações que coloquem o transporte ferroviário de mercadorias entre os principais modais regionais.
- Finalizar o projeto de transposição do Rio São Francisco e iniciar os desdobramentos necessários para a completa superação da seca no Semiárido.
- Exigir atuação mais efetiva da Sudene para favorecer ao desenvolvimento do Nordeste, finalidade para a qual foi idealizada por Celso Furtado, o mais destacado economista da Região, cujo centenário de nascimento ocorrerá em 2020.
- Reverter a recente contração da cadeia produtiva de petróleo e gás na Região, ocorrida com as reduções das operações da Petrobrás e a privatização do sistema de distribuição por gasoduto.
- Reivindicar a disponibilização de Aval Soberano, com lastro nas reservas internacionais do país, para financiamento externo junto organismos multilaterais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco dos BRICs, para estados e municípios adimplentes e com espaço para ampliar captações externas, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Explorar mais intensiva e estrategicamente as atividades turísticas, tendo em vista todas as potencialidades da Região, com capilaridade não apenas costeira, mas, cada vez mais, também voltada para o interior. Trata-se de um setor com grande capacidade de geração de empregos, renda e divisas, mas que exige adequado controle de seus efeitos perniciosos, como prostituição, pedofilia e criminalidade em geral.

- Aprimorar a especificação e regulação da matriz energética, em particular direcionando parcela da geração para projetos de desenvolvimento local e outros usos importantes para a estrutura produtiva interna e expandindo a produção de energia eólica e solar, aproveitando o grande potencial da Região.
- Avaliar a reativação do projeto de cultivo de mamona, para a produção de biocombustíveis, inclusive da usina de biodiesel desativada pela Petrobras em Quixadá(CE) e a criação de outras.
- Constituir uma política articulada de tecnologia e inovação, integrando grupos de pesquisa e empresas, em busca de elevações da complexidade produtiva na Região.
- Universalizar creches, ensino infantil e ensino fundamental, em tempo integral.
- Apoiar projetos de desenvolvimento local, em atividades como a produção de alimentos orgânicos, tendo em vista sua crescente demanda, e a produção, processamento e consumo de caprinos, que são bem adaptados às condições ambientais e têm presença marcante na culinária nordestina.

Por fim, vale pontuar que, assim como explicitamente declarado por membros do Consórcio, o Cofecon rejeita que a iniciativa possa vir a ser usada para disseminar ideias separatistas. O Brasil não existe sem o Nordeste. Somos a composição de cinco regiões que, mesmo com diferenças socioeconômicas, compartilham a formação histórica e a cultura que nos define.



Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Cofecon